

INVENTÁRIOS DE CONHECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL: entrevista com Luiz Fernando Rhoden

Vanessa Patzlaff Bosenbecker¹
vanessa.bosenbecker@riogrande.ifrs.edu.br

Gisele Dutra Quevedo²
gisele.quevedo.ppgmspc@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Luiz Fernando Rhoden é arquiteto e urbanista formado pela UFRGS (1981), especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos pela UFBA (1984), mestre em História pela PUCRS (1996) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA (2005). Nesta entrevista, destacou-se o período em que Rhoden atuou no IPHAN (1983-2017), mais especificamente na época em que foi coordenador dos inventários de conhecimento do RS, na década de 1990.

Inicialmente, a entrevista tinha como objetivo a coleta de dados para as pesquisas acadêmicas das autoras. No entanto, a riqueza das informações obtidas motivou-as a compartilhar a contribuição de Rhoden com outros pesquisadores interessados nos tópicos abordados por ele. Dessa forma, foram selecionados excertos da entrevista para publicação, abrangendo conteúdos que se destacaram como potencialmente pertinentes aos leitores interessados.

O encontro virtual ocorreu em 22 de junho de 2021, no contexto da pandemia de Covid-19, sendo realizado pelo Google Meet, com entrevistadoras e entrevistado em suas respectivas residências. A conversa teve a duração de 1 hora e 13 minutos, sendo gravada e

¹ Arquiteta e Urbanista. Mestre e doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL). Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Rio Grande.

² Historiadora. Mestre e doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL). Servidora na Universidade Federal de Pelotas.

transcrita pelas autoras. Com o propósito de produzir um texto de referência para outros pesquisadores, optou-se por realizar um processo de 'transcrição' (Meihy, 2005). Nesse processo, as informações fornecidas por Rhoden foram mantidas intactas; no entanto, as perguntas e o discurso falado, caracterizado por coloquialismos e pausas naturais, foram transformados em um texto formal, em conformidade com as regras gramaticais contemporâneas.

É relevante destacar que as informações fornecidas por Rhoden não foram confrontadas ou confirmadas e que cada indivíduo molda suas próprias escolhas de memória, optando por representar suas lembranças de maneira única. De acordo com Halbwachs (2006), o passado em si não existe; o que temos são as representações que construímos dele. Nesse contexto, o passado passa por um processo constante de ressignificação e reconstrução, influenciado pelo prisma do presente. Esta entrevista oferece a oportunidade de acessar as memórias de Rhoden a respeito de um momento de sua trajetória profissional.

ENTREVISTA

O projeto 'Inventário de Conhecimento do RS' surgiu de duas motivações principais: a falta de legislação municipal para preservação do patrimônio em todo o estado, identificada pelo IPHAN, e o interesse em atender às recomendações estabelecidas na Carta de Brasília, que indicavam a cooperação entre estados e municípios na preservação do patrimônio cultural.

Até os anos 1970, a maioria dos estados brasileiros carecia de leis de proteção ao patrimônio cultural, com a preservação sendo predominantemente responsabilidade do governo federal, o que estava em desacordo com as recomendações preconizadas pela Carta de Brasília. As leis estaduais começaram a surgir no final da década de 1970, enquanto as leis municipais estavam em estágio inicial de desenvolvimento. No RS, apenas cerca de 5% dos aproximadamente 400 municípios tinham legislação de proteção ao patrimônio, o que motivou a ideia de realizar um inventário patrimonial.

A Constituição de 1988 reconheceu os inventários como um meio de preservação do patrimônio cultural, integrando-os às práticas de salvaguarda estabelecidas por lei. Embora a ideia de conduzir inventários no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tenha raízes nos primeiros anos da instituição, essa proposta não foi formalizada por um longo período. Durante esse tempo, a realização de inventários foi rara,

com exceção de casos isolados, como o inventário da região italiana conduzido pela Universidade de Caxias e o inventário realizado pelo arquiteto Pozenato, que posteriormente foi publicado como um livro.

Em vista dessa lacuna, surgiu a ideia do projeto de inventário de conhecimento, inicialmente não direcionado à preservação, mas sim à identificação e compreensão do patrimônio. O projeto-piloto, denominado Projeto Caçapava, foi estabelecido em parceria com o município de Caçapava, onde uma equipe conjunta do IPHAN e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) trabalhou na elaboração das fichas de inventário. Durante a execução desse projeto, o objetivo era inventariar não apenas elementos arquitetônicos, mas todos os bens com relevância cultural para o município. Esse enfoque estava alinhado com as diretrizes da Constituição de 1988 em relação à preservação do patrimônio cultural.

Realizamos o projeto em Caçapava, no qual inventariamos os edifícios da cidade e das áreas rurais. Pode-se imaginar as dificuldades enfrentadas naquela época, que, mesmo atualmente, seriam consideradas desafiadoras. Em 1989, a entrada nas sedes das fazendas no interior era particularmente complicada. Abordávamos os proprietários com um discurso elogioso sobre a beleza de suas fazendas e pedíamos permissão para tirar fotografias e coletar informações. Elaboramos várias fichas para explorar diferentes modelos, mas o modelo final evidencia que, naquela época, não tínhamos grandes pretensões. O inventário tinha como objetivo principal o conhecimento dos bens para, em um segundo momento, possibilitar a efetiva preservação, bem como a realização de pesquisas mais aprofundadas.

Posteriormente, transferimo-nos para Porto Alegre, onde finalizamos a ficha de inventário. Imprimimos várias cópias dessas fichas e armazenamos pilhas delas no IPHAN. Foi então que percebemos que o IPHAN não poderia realizar o inventário em todos os 400 municípios sozinho. O convênio inicial, vinculado ao Projeto Caçapava, foi oficializado como um acordo entre o IPHAN e o IPHAE. Ainda que tenhamos trabalhado separadamente, utilizamos a mesma metodologia e ficha de inventário. Estabelecemos convênios com alguns municípios, enquanto o IPHAE firmou parcerias com outros, a fim de ampliar o número de municípios envolvidos.

O convênio com os municípios era simples, com a cidade disponibilizando três funcionários: um motorista, um arquiteto e um fotógrafo. O motorista era responsável pelas

viagens, e o arquiteto, pelo inventário. Fornecíamos orientações detalhadas e enfatizávamos que o foco não estava apenas nos edifícios arquitetonicamente impressionantes, mas também nos de valor cultural.

O segundo passo, como mencionei no início, era estimular as administrações municipais a criar legislação de preservação do patrimônio. Conseguimos avanços significativos nesse aspecto, com vários municípios estabelecendo regulamentações para a preservação do patrimônio. A partir dos inventários de conhecimento, pôde-se então selecionar os elementos de maior importância para a história de cada município, que seriam candidatos ao tombamento. A ideia original não era tomar todos os bens inventariados, mas sim identificar, entre eles, quais deveriam ser efetivamente preservados.

Naquela época, não havia um padrão nacional para inventários no Brasil, e o IPHAN não tinha diretrizes unificadas. Diferentes metodologias eram apresentadas em seminários promovidos pelo IPHAN. Isso se deve ao fato de que a Constituição de 1988 havia sido promulgada recentemente, e tanto os inventários quanto os registros eram conceitos novos para o IPHAN. Cada pessoa estava desenvolvendo abordagens individuais, algumas visando tombamentos futuros e outras, como era o nosso caso, focadas em adquirir conhecimento por meio dos inventários.

Decidimos não fornecer orientações específicas para as equipes de inventário, a fim de abranger todo o patrimônio cultural. Evitamos direcioná-las para uma visão tradicional de preservação, que privilegiaria elementos visualmente marcantes em detrimento de aspectos culturalmente relevantes e de valor mais amplo. No entanto, durante nossas primeiras visitas aos municípios, no início do projeto, asseguramos que edifícios notáveis não fossem negligenciados, a fim de evitar distorções nos inventários. Era essencial adquirir conhecimento tanto dos elementos culturalmente significativos quanto dos que possuíam valor arquitetônico, abordando ambos de forma abrangente.

Do ponto de vista cultural, o valor arquitetônico é um aspecto significativo que não pode ser subestimado. Muitas vezes, os arquitetos locais não reconheciam as tipologias arquitetônicas típicas da região, e eu, com uma perspectiva externa, enfatizava a importância de incluí-las. Um exemplo em Bagé são as casas de esquina com entradas chanfradas, características marcantes que eu sugeri incluir. Havia outros exemplos típicos que recomendei, embora não me lembre de todos eles. Descobrimos edifícios de grande importância que

posteriormente foram tombados, como o magnífico Mercado Público de Itaqui, que passou por restauração e tombamento pelo IPHAE. Outro exemplo é a igreja protestante em Cachoeira do Sul, projetada por Theo Wiederpahn, da qual eu não tinha conhecimento, mas que atualmente é um edifício tombado. Houve vários exemplos notáveis que sugerimos ou indicamos para que não fossem omitidos nos inventários.

É fundamental contextualizar o inventário no seu período histórico. Embora 1989 pareça relativamente próximo, já se passaram quase quatro décadas. Isso é relevante para compreender como a noção de preservação e os conceitos evoluíram ao longo desse tempo. No entanto, é importante destacar que as mudanças mais significativas ocorreram a partir do final da década de 1990.

Inicialmente, nosso plano era continuar o processo de inventário em todos os 400 e poucos municípios do RS. No entanto, surgiu um problema por volta dos anos 1992 ou 1993, se não me engano, quando um procurador federal de Minas Gerais, durante um congresso do Ministério Público, propôs que todos os bens inventariados, independentemente do tipo de inventário, deveriam ser preservados. Isso causou um grande problema, pois o Ministério Público Federal adotou essa postura em todo o país.

Como consequência, os municípios que já haviam realizado inventários de conhecimento foram obrigados a preservar todos os bens inventariados. O resultado foi que nenhum município mais quis fazer inventários, o que causou um sério prejuízo à preservação do patrimônio. Até hoje, não temos um conhecimento abrangente do patrimônio do RS. Conhecemos apenas o que é óbvio, mas não temos um conhecimento completo.

Durante o inventário, concentrei-me em investigar áreas menos exploradas, como as regiões da Fronteira Sul e Oeste, que tinham informações limitadas sobre o patrimônio edificado. Visitamos municípios mais afastados de Porto Alegre, como Itaqui, Uruguaiana, Quaraí, Livramento e Bagé, onde nosso conhecimento era escasso. Sempre me incomodou o fato de que, embora o Rio Grande do Sul seja reconhecido nacionalmente como um estado agrícola e pastoril, a preservação do patrimônio rural fosse negligenciada, com apenas uma sede de fazenda tombada no estado. Mesmo cientes das dificuldades políticas, inventariamos algumas sedes de fazendas notáveis em Piratini e Caçapava do Sul que ainda não haviam sido protegidas. Essa é uma questão crítica na preservação do patrimônio, e até mesmo no âmbito municipal, não recebeu a devida atenção.

Uma questão importante é o inventário de cemitérios, que são locais de significativa importância arquitetônica e histórica. Muitas vezes, seu valor está mais relacionado à história do que à arquitetura. Destacamos a necessidade de visitar e documentar esses cemitérios, alguns dos quais são fascinantes. Por exemplo, o cemitério de Pelotas é um local que gostaria de explorar, embora nunca tenhamos tido a oportunidade de realizar seu inventário.

É importante reconhecer que a preservação do patrimônio só será possível com o envolvimento dos municípios. O IPHAN e o IPHAE estão com recursos e pessoal limitados, e seus principais focos não são na expansão da preservação, mas sim na manutenção do que já está protegido, embora isso também esteja sendo feito de maneira insuficiente.

Os municípios, por sua vez, têm uma presença variável no cenário da preservação. Grandes cidades como Pelotas, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul e algumas outras têm estruturas para cuidar do seu patrimônio e estão ativamente envolvidas na preservação. No entanto, a maioria dos municípios, especialmente os menores, muitas vezes carece de estrutura e de uma compreensão efetiva da importância da preservação do patrimônio.

Referências

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.